



BOLETIM ANDEPS

setembro 2020

NESTA EDIÇÃO

REFORMA ADMINISTRATIVA

Uma reforma que precariza o serviço público

Dia Internacional da Democracia: ameaças da Reforma à liberdade no serviço público

TELETRABALHO

A Administração Pública está preparada?

Servidores entram com ação contra retorno ao presencial no MS

POLÍTICAS SOCIAIS

No Setembro Amarelo, ATPS's organizam guia de prevenção ao suicídio

NT da ANDEPS pela proteção da saúde de mulheres e meninas brasileiras

Dia Nacional da Visibilidade Lésbica

Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência

Afinal, qual é a política pública para o livro no Brasil?

#EuApoiooGuiaAlimentar

CARREIRA

7 anos de uma ANDEPS forte e atuante

ATPS's contam sobre atuação em diferentes políticas públicas

ANDEPS se reúne com área de gestão de pessoas do Ministério da Cidadania

INSTITUCIONAL

Assembleia da ANDEPS aprova alterações em seu estatuto

ANDEPS participa de ato de refundação da ARCA

Curso sobre live capacita mulheres da ARCA

Verifique como pagar sua anuidade

Associada e Associado, saiba como falar com a ANDEPS

Após consulta a associados, ANDEPS mantém seu logotipo



Uma reforma que precariza o serviço público, afirma ANDEPS em nota sobre a PEC 32/2020

Cumprindo as ameaças ao bom funcionamento do Estado brasileiro, o Governo Federal enviou ao Congresso, nesta quinta (3), a PEC tratando da Reforma Administrativa.

Os detalhes da proposta, que somente hoje vieram à público, abrem uma caixa-preta que revela as reais intenções desta gestão que busca precarizar as relações de trabalho no âmbito estatal, conseqüentemente, piorando a entrega e a prestação de serviços públicos à população em nome da austeridade.

O momento não poderia ser pior. Quando o país atravessa a agudização de somadas crises – sanitária, econômica e social –, os líderes do

Executivo e do Legislativo priorizam um processo de reforma que impacta diretamente a força de trabalho que está na linha de frente de programas e políticas públicas essenciais para a travessia e recuperação das graves situações impostas.

Mais que isso, o Governo redesenha regras constitucionais que regem o serviço público sem ao menos ouvir, dialogar ou refletir conjuntamente sobre as necessidades ou conhecimentos acumulados por quem mais conhece o Estado brasileiro: seus servidores.

Acesse a nota da ANDEPS na íntegra aqui: <https://bit.ly/35g25RV>



**PEC DA REFORMA
ADMINISTRATIVA É
INOPORTUNA E PRECARIZA
SERVIÇOS PÚBLICOS**

Dia Internacional da Democracia, ANDEPS alerta para ameaças da Reforma Administrativa à liberdade no serviço público

A ONU celebra o Dia Internacional da Democracia em 15 de setembro em referência à assinatura da Declaração Universal da Democracia por representantes de 128 países em 1997.

No Brasil dos dias de hoje, a data ganha cada vez mais a necessidade de ser reafirmada. Ameaças à democracia passaram a ser uma constante nos últimos anos. No que diz respeito ao desenho do Estado e à atuação dos servidores públicos, a ameaça veio recentemente por meio de uma Reforma Administrativa.

A PEC 32/2020, encaminhada pelo governo ao Congresso, sem debate com a sociedade e com cunho fiscalista e autoritário propõe em seu

desenho a extinção da estabilidade do servidor e a pretensão de introduzir regimes jurídicos diferenciados, além da redução de direitos e precarização dos vínculos de trabalho. Permite, ainda, que por decreto de iniciativa do Presidente possam ser extintos cargos e órgãos inteiros, prejudicando a continuidade da prestação de serviços públicos.

Com a justificativa de redução de custos e eliminação de “privilégios”, a Reforma, na prática, irá jogar na lata de lixo da História as conquistas da Carta de 1988, e suas promessas de constituição de um serviço público meritocrático, profissionalizado e sujeito a princípios estruturantes previstos em uma democracia.



A administração pública está preparada para o teletrabalho?

As novas regras de teletrabalho, apresentadas em 31/07 pela IN nº 65 do Ministério da Economia, buscam focar em resultados e entregas, ampliar servidores públicos em teletrabalho, obter mais eficiência, otimizar gastos e garantir maior transparência com a sociedade.

No entanto, a definição do chamado Programa de Gestão, acelerada pela pandemia e pela economia com custeio, foi realizada com pouco diálogo. O curto período entre a definição das regras, que passam a valer em 01/09, e a implementação pelos órgãos da Administração têm deixado mais questionamentos do que certezas.

A ANDEPS entende que a regulamentação do teletrabalho é uma situação positiva para o conjunto dos servidores e da própria Administração, no entanto, esse momento requer a construção conjunta com as carreiras e os servidores de um ambiente que reúna condições adequadas para a implementação.

Pela nova regra, o servidor público será selecionado pelo dirigente da unidade para participar do Programa de Gestão e deverá assinar o plano de trabalho com a descrição das atividades e cronograma, ficando a cargo do servidor manter a infraestrutura necessária para o exercício de suas atribuições.

A desigualdade na estrutura organizacional entre os órgãos federais é uma realidade que merece atenção. A implementação dos planos de trabalho com a pactuação de metas não

Servidores entram com ação contra retorno ao presencial no Ministério da Saúde

O Blog do Servidor do Correio Braziliense e o portal Metrôpoles repercutiram a ação da ANDEPS contra o retorno presencial no Ministério da Saúde. “A volta do trabalho presencial é inconstitucional e ilegal”, afirma o advogado Fabio Lima, que representa a Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Públicas (ANDEPS).



pode ser pautada simplesmente pela dimensão econômica, ignorando as questões humanas que envolvem servidores e afetam a qualidade do serviço prestado para a população.

O órgão e as chefias devem ser capacitados para gerenciar atividades e servidores em um formato de trabalho diferenciado, baseado na confiança e sem que se produza mais stress, mantendo a comunicação fluida.

Recente pesquisa da ANDEPS com ATPS's mostrou que apenas 41% dos entrevistados se sentem informados das ações do seu respectivo órgão durante o trabalho remoto. Quando perguntados sobre o horário de trabalho, 55,6% responderam que mantiveram o trabalho no horário comercial e 20,7%, que estavam trabalhando à noite e nos fins de semana - e achavam isso negativo.

O processo seria julgado hoje (8/9), mas foi retirado da pauta. Aguarda julgamento na primeira seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), provavelmente na próxima quarta-feira, às 14 horas. Acesse a nota publicada no Blog do Servidor: <https://bit.ly/3ieKrl9> e matéria no Portal Metrôpoles: <https://bit.ly/2R6sZDi>

No Setembro Amarelo, ATPS's organizam guia de prevenção ao suicídio

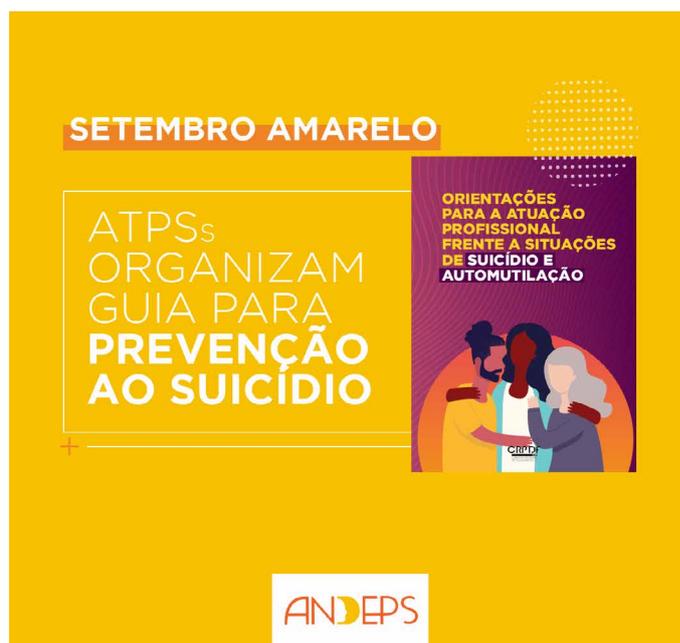
No âmbito da Campanha Setembro Amarelo, destinada à prevenção ao suicídio, o Conselho Regional de Psicologia do DF lançou o guia "Orientações para a atuação profissional frente a situações de suicídio e automutilação". A publicação foi coordenada pelos Analistas de Políticas Sociais Rubens Bias e Silvia Reis, ambos psicólogos e com atuação em políticas públicas de saúde mental.

O guia traz conceitos centrais sobre a temática, um quadro epidemiológico relacionando o suicídio com questões de gênero, raça, classe e grupos etários, e, ainda, a psicodinâmica do suicídio - o que a psicologia pode fazer no cuidado das pessoas e o papel da sociedade e dos serviços de atendimento e apoio. É um material inédito, que vem para orientar e apoiar profissionais da psicologia, educação, assistência social, entre outros.

Nota técnica da ANDEPS pela proteção da saúde de mulheres e meninas brasileiras

A Associação Nacional dos Analistas em Políticas Sociais (ANDEPS) manifesta sua indignação e aponta inconsistências técnicas diante da publicação, pelo Ministério da Saúde, da Portaria 2.282, de 27 de agosto de 2020, que dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Acesse a íntegra da nota no site da ANDEPS: <https://bit.ly/2QGyxEk>

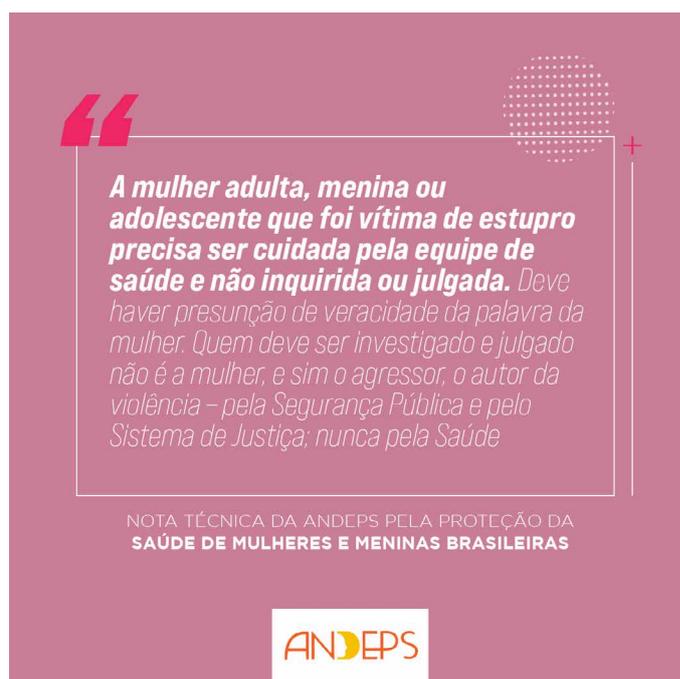
A ANDEPS também somou-se às mais de 350 entidades que subscrevem a nota de repúdio, mobilizada pela Conectas Direitos Humanos, à portaria do Ministério da Saúde que cria barreiras para aborto legal em caso de estupro. Conheça a nota: <https://bit.ly/3blCQyv>



O guia está disponível para download no site do CRP-DF. Saiba mais sobre o assunto assistindo à live de lançamento da publicação que aconteceu no último 10 de setembro, Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio.

Baixe o guia: <https://bit.ly/32tM48N>

Veja a live: <https://bit.ly/3hA00lX>



29 de agosto: Dia da Visibilidade Lésbica

Hoje, 29/8, Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, a ANDEPS destaca a importância de garantir o direito para que todas as pessoas possam assumir sua orientação sexual, sem que, com isso, lhes sejam ceifados outros direitos, como o de se expressar, de amar, de trabalhar, de estudar, de circular, de se divertir, de ser.

A Associação também chama a atenção para que a visibilidade esteja cada vez mais presente e expressa nos cadastros oficiais do governo, nas notificações dos serviços e das ocorrências. Só assim, será possível traçar, implementar e cobrar políticas públicas específicas para a comunidade lésbica.

Uma das dimensões da ausência de direitos é o aumento da violência contra a população LGBT. Segundo o perfil das notificações de violências em LGBTs registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – integrante do SUS – entre 2015 a 2017, 57,6% eram homossexuais, dos quais 32,6% lésbicas e 25% gays. No período apurado, o número de notificações de violência aumentou em 49,3% entre as lésbicas. A cada dia são 22 notifi-

cações de violências contra LGBTs, sendo a maioria contra lésbicas e mulheres trans. É um cenário preocupante e que precisa de atenção em razão da ampliação das violências de caráter LGBTQIfóbico.



21 de setembro: Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência

Consta entre as atribuições da carreira de Analista de Política Social, desde sua criação pela lei 12.094/2009, atuar em políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, abrangendo esferas de gestão, regulação, fiscalização, monitoramento e avaliação. Está, portanto, no DNA da nossa carreira a garantia e a promoção de direitos para este público.

Neste Dia de Luta da Pessoa com Deficiência, a ANDEPS reafirma o compromisso para visibilidade e valorização das pessoas com deficiência na perspectiva da garantia de direitos, acessibilidade e cidadania. E da mesma forma apoia o trabalho dos ATPSs no desenvolvimento de políticas públicas de inclusão e oportunidades.



Afinal, qual é a política pública para o livro no Brasil?

Com a apresentação do Ministério da Economia de um novo projeto de taxação dos livros abriu-se um importante debate sobre o acesso à leitura no país. Nas redes sociais, surgiram campanhas contrapondo esse novo imposto à taxação de riquezas, de igrejas ou de itens como iates e helicópteros.



Infelizmente, segundo o Ministro da Economia Paulo Guedes, os livros devem ser taxados por serem consumidos 'pelas elites'. Vai, assim, na contramão de uma política pública que promova o acesso ao livro e a valorização da cadeia que o envolve.

Instituído em 2006, o Plano Nacional do Livro e Leitura busca democratizar e fomentar o livro, dando papel fundamental às compras públicas de livros didáticos. Ele atende à demanda da rede pública de ensino médio e fundamental e representa quase a metade dos exemplares vendidos, tornando o Governo Federal o maior consumidor individual de livros no país, por meio do Programa Nacional do Livro Didático e do Programa Nacional Biblioteca na Escola.

A defesa do livro passa, assim, pela ação governamental, no estímulo e na provisão de livros para a rede pública, e pela proteção a um mercado afetado pelas recentes crises econômica e sanitária. O acesso à renda afeta diretamente o acesso ao livro. É preciso assegurar o direito à leitura garantindo esse acesso.

#EuApoiooGuiaAlimentar

O Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde, referência nacional e internacional para a promoção da saúde e indicador de políticas públicas, está sendo ameaçado e a sociedade precisa agir!

A Ministra da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, enviou ofício ao Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, solicitando a urgente revisão do Guia Alimentar para a População Brasileira. O ofício é acompanhado de uma nota técnica que tenta negar as evidências científicas que atestam os malefícios à saúde provocados pelos produtos ultraprocessados.

A ANDEPS apoia essa mobilização, defende o Guia e o direito de brasileiros e brasileiras terem acesso a uma alimentação saudável.



7 anos de uma ANDEPS forte e atuante

Há sete anos, em 24 de setembro de 2013, a ANDEPS saía do papel e se tornava uma instituição representativa dos/as Analistas de Políticas Sociais - uma carreira que iniciava o seu caminho no desenho, implementação, monitoramento e avaliação de políticas sociais no coração do governo federal.

De lá pra cá, a ANDEPS e a carreira viram muita água passar embaixo dessa ponte aqui, respeitosamente, chamada de governo federal. Mudanças de gestão, na orientação de políticas públicas, na concepção do desenho de Estado.

Relembrar alguns marcos da trajetória da nossa carreira, da atuação da ANDEPS, neste momento, nos alimenta e nos dá perspectiva histórica e também convicção de que a atuação enquanto servidores públicos e servidoras públicas em áreas tão nobres como as políticas sociais é uma oportunidade ímpar de transformação do país em defesa dos mais pobres e vulneráveis, por uma agenda de desenvolvimento que concilie as dimensões social, econômica e ambiental.

Que venham mais muitos anos de lutas e de desenvolvimento de políticas sociais!



ATPS's contam sobre atuação em diferentes políticas públicas

“Saber que meu trabalho tem impacto positivo na vida das pessoas e da sociedade” é a razão para permanecer na carreira para 67% das e dos Analistas de Políticas Sociais, conforme pesquisa de perfil dos ATPS's.

A carreira de Desenvolvimento de Políticas irá completar 7 anos de exercício no próximo mês e vem contribuindo estrategicamente com o fortalecimento do SUS, do SUAS, das políticas de educação, desenvolvimento regional, direitos humanos, transferência de renda, entre tantas outras.

Conheça a Raquel, a Laís, o Francisco, a Juliene, a Sara e o Marco. Eles são alguns dos 765 ATPS's, que atuam em diferentes frentes e órgãos do Governo Federal, aliando o compromisso com o serviço público à entrega de ações que fazem a diferença para a população. Assista ao vídeo: <https://www.facebook.com/associacao.andeps/videos/702726066950322>



ANDEPS realiza reunião com área de gestão de pessoas do Ministério da Cidadania

A partir do diálogo com a COGEPE/SAA do Ministério da Cidadania sobre pesquisa com ATPS's para ministrarem cursos de capacitação, foi encaminhada lista de interesses de membros da carreira para apoiar gestão de pessoas em ideias e necessidades de cursos. A iniciativa busca ao invés de contratar esses profissionais no mercado ou nas situações em que não há vaga suficiente na Enap, a capacitação ser ofertada por servidores com experiência e formação no tema.

Assim, a ANDEPS organizou um mapeamento de ATPS's que possuem habilidades de ministrar ou desenhar cursos que possam capacitar outros servidores públicos dentro do governo. O resultado dessa enquete subsidiará a ANDEPS para diálogos com as áreas de gestão de pessoas para indicação de colegas para ministrar cursos nos órgãos.

Colega ATPS, responda à enquete: <https://bit.ly/2E7FZ8V>

A graphic with a red background. At the top center is a circular inset image of a person writing at a desk. To the left of the main text is a decorative circular pattern of dots. The main text reads "MAPA DE TALENTOS DA ANDEPS" in large white letters. Below it, in smaller white letters, is "Ministra cursos ou capacitações? Responda à enquete". At the bottom center is the ANDEPS logo in white.

Assembleia da ANDEPS aprova alterações em seu estatuto

Reunidos em Assembleia Extraordinária, em formato virtual, no dia 08 de setembro de 2020, integrantes da carreira de Analista de Políticas Sociais (ATPS) aprovaram alterações no estatuto da ANDEPS.

As mudanças proporcionam um estatuto mais adequado aos novos tempos e mais inclusivo, pois garante condições de participação de quem não está sediado em Brasília. Além disso, foram atualizados alguns aspectos que serão importantes para este momento de distanciamento social, buscando facilitar a formação e a participação no colegiado ANDEPS.

A ata da Assembleia será registrada em cartório e a Associação enviará a nova versão do estatuto por e-mail para todos os/as associados/as. Conheça o novo estatuto: bit.ly/35mTWuY

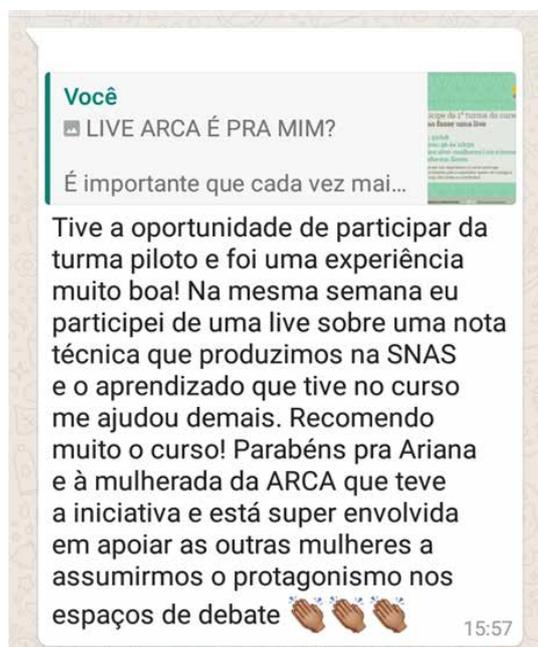
ANDEPS participa de ato de refundação da ARCA

Para atualizar os compromissos de organização coletiva e de construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento Sustentável, foi realizado, na última quinta (27), Encontro de Refundação da Arca – Articulação Nacional das Carreiras Públicas para o Desenvolvimento Sustentável. A ANDEPS esteve presente na reunião virtual, compartilhando da visão de necessária rearticulação e reafirmou sua adesão à ARCA. Leia mais: <https://bit.ly/34VHyll>



Curso sobre live capacita mulheres da ARCA

A ATPS Ariana Frances desenhou em conjunto com a entidade RUAS Comunicação curso que ensina como organizar e participar de lives. A capacitação foi remota e voltada somente para mulheres, tendo em vista que há baixa participação de mulheres em debates virtuais da ARCA. Confira a reação de uma das participantes.



Veja como pagar sua anuidade

Há 7 anos a ANDEPS vem atuando na defesa dos/ das Analistas de Políticas Sociais e pela construção de um Estado plural, inclusivo e garantidor de direitos sociais. Hoje, somos 312 pessoas colaborando financeiramente com a Associação!

Essa contribuição é fundamental para termos uma entidade forte para nos representar e fazer nossas demandas serem escutadas nos diversos meios. Faça como os demais colegas, contribua! O pagamento da anuidade é o que garante o prosseguimento deste trabalho.

Veja as possibilidades de contribuição:

Pagamento Integral (parcela única)

<https://bit.ly/pagamentoanual>

Pagamento Parcelado (mensalidade)

<https://bit.ly/mensandeps>



Associada e Associado, saiba como falar com a ANDEPS

Para agilizar o seu contato com a Associação, organizamos aqui os canais de comunicação por onde podem ser tratados diversos assuntos.

- Temas gerais, sugestões de pauta para a comunicação e questões administrativas escreva para o e-mail: associacao.andeps@gmail.com

- Acessar serviço de consultoria jurídica escreva para o e-mail: juridico.andeps@gmail.com

- Sobre anuidade escreva para e-mail: financeiro.andeps@gmail.com

- Acesse também as redes sociais da ANDEPS e acompanhe todos os debates.

www.instagram.com/andeps.oficial/



COLEGIADO

Ariana Frances Carvalho de Souza (MC)

Daniel Martins de Carvalho (MC)

Débora Spalding Verdi (MS)

Élcio de Souza Magalhães (MC)

Keren-Hapuque Costa Xavier Lins (MS)

Marcela Iwano (MS)

Rafael Vulpi Caliarri (MS)

Rodrigo Morais Lima Delgado (MC)

Rubens Bias Pinto (MS)

COMUNICAÇÃO

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO

Ariana Frances Carvalho de Souza

PRODUÇÃO

ZABELÊ COMUNICAÇÃO

Monica Rodrigues

Gabriel Hoewell